

**OPINATIVO**

**Samarco: o Estado não funcionou**  
José Anacleto Abduch Santos ..... 3

**DOCTRINA**

**Que é revisão contratual? Comparação com o reajuste e com a repactuação – (Parte 2)**  
Ivan Barbosa Rigolin ..... 7

**Interrupção retroativa da prescrição tributária**  
Kiyoshi Harada ..... 13

**Alterações na Lei Anticorrupção, nos acordos de leniência (MP 703/15)**  
Toshio Mukai ..... 17

**JURISPRUDÊNCIA**

**TCU – Tribunal de Contas da União (Plenário) - TC 019.062/2015-0.** Natureza: Representação (com pedido de medida cautelar). Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Representante: Multi Segurança Eletrônica e Patrimonial (00.741.759/0001-25). Advogados constituídos nos autos: Donne Pisco (OAB/DF 22.813) e outros. REPRESENTAÇÃO. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA CONDUÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO. SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO, COM FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E MANUTENÇÃO. INDEFERIMENTO DA MEDIDA CAUTELAR. AUDIÊNCIAS. REJEIÇÃO DAS RAZÕES DE JUSTIFICATIVA. PROCEDÊNCIA. AUTORIZAÇÃO EXCEPCIONAL PARA CONTINUIDADE DA EXECUÇÃO CONTRATUAL. MULTAS. DETERMINAÇÃO. CIÊNCIA. .... 25

**TCU – Tribunal de Contas da União (Plenário) - TC 019.168/2015-2.** Natureza: Representação. Entidades: Fundação Nacional de Saúde e Município de Novo Horizonte do Norte - MT. Interessado: Coel - Companhia de Obras de Engenharia Eireli – EPP (03.571.257/0001-91). Representante: PPO Pavimentação e Obras Ltda. (14.811.429/0001-73). Representação legal: Mário Borges Junqueira (CPF 926.033.191-91), em nome de Coel - Companhia de Obras de Engenharia - EPP (03.571.257/0001-91). REPRESENTAÇÃO. SUPOSTAS IRREGULARIDADES OCORRIDAS NA CONDUÇÃO DA CONCORRÊNCIA 1/2015. LICITAÇÃO CUSTEADA COM RECURSOS FEDERAIS REPASSADOS POR MEIO DE TERMO DE COMPROMISSO. OITIVA. ARGUMENTOS APRESENTADOS INSUFICIENTES PARA DESCARACTERIZAR A INABILITAÇÃO INDEVIDA DO AUTOR DA REPRESENTAÇÃO. CONHECIMENTO E PROVIMENTO. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA A ANULAÇÃO DO ATO QUE INABILITOU A LICITANTE. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO DE CIÊNCIA À PREFEITURA SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO DESCUMPRIMENTO DA MEDIDA CORRETIVA ESTABELECIDADA E SOBRE A JURISPRUDÊNCIA DO TCU ACERCA DA EXTENÇÃO DA PENALIDADE DO ARTIGO 87, INCISO III, DA LEI 8.666/1993. .... 48

**JURISPRUDÊNCIA COMENTADA**

**Da inviolabilidade do parecer de advogado público**  
Gina Copola ..... 63

**PARECERES E CONSULTAS**

**Reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e revisão dos valores inicialmente acordados**  
Equipe Jam Consultoria ..... 71